



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI, RELATOR
DA ADPF 754**

**Providência urgente: risco de
indisponibilidade das doses da Coronavac por
desídia do Ministério da Saúde.**

REDE SUSTENTABILIDADE, já qualificada nos autos da ação em epígrafe, vem, por sua advogada, requerer a adoção das medidas urgentes abaixo indicadas, em virtude da desídia do Ministério da Saúde na aquisição de vacinas Coronavac do Instituto Butantan.

1. A presente ação foi ajuizada em 21 de outubro de 2020 “em face de ato do Presidente da República que desautorizou a assinatura do Ministério da Saúde no protocolo de intenção de aquisição da vacina CoronaVac, desenvolvida pela farmacêutica chinesa Sinovac Biotech em parceria com o Instituto Butantan, de São Paulo, em clara violação a preceitos fundamentais da Constituição Federal, sobretudo ao direito à vida e saúde do Povo, da não discriminação, bem como do dever de impessoalidade, moralidade e eficiência da administração pública e do interesse público”.
2. Na sequência, contudo, **as omissões das autoridades federais aumentaram de escala, de modo que o objeto principal da presente Arguição passou a ser não apenas a discriminação ideológica do Governo em relação a determinadas vacinas ou insumos médicos para controle da pandemia do Coronavírus no Brasil, mas verdadeiramente a própria condução da vacinação em si no Brasil, inclusive com aspectos atinentes ao Plano Nacional de Imunização.**
3. Com efeito, apenas em 11 e 16 de dezembro, após a inclusão no calendário de julgamento pelo Presidente para a Sessão de 17/12/2020, é que foi enviado ao STF o plano nacional de vacinação (datados, respectivamente, de 10 e 16 de dezembro), conduta esta que vem sendo reiteradamente praticada pelo Presidente da República em outras ações em que suas condutas são questionadas, o que resultou na retirada da ação



da pauta de julgamento. Em complemento o AGU informou em 12 de dezembro sobre o “o firme compromisso da União com a sua atualização mensal, até o final do ano de 2021”. O plano divulgado, contudo, recebeu diversas críticas de especialistas.

4. Em 13 de dezembro, diante da ausência de previsão de início e de término do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid - 19 apresentado, inclusive de suas distintas fases, Vossa Excelência determinou a intimação do Ministro de Estado da Saúde para esclarecimentos, o que foi parcialmente atendido com a apresentação de prazo de distribuição após a aprovação da Anvisa.
5. **Dessa forma, entende-se que, embora os pedidos feitos na inicial tenham sido mais restritivos, a condução da presente Arguição acabou ampliando o seu objeto inicial - de apresentação de “planos de aquisição de vacinas que contemplem todas as alternativas viáveis” (pedido “b” da inicial) - para albergar discussões acerca do próprio Plano Nacional de Imunização em si.**
6. Posteriormente, verificou-se a publicação de uma atualização do Plano Nacional de Vacinação, com data de 25 de janeiro de 2021 (documento sequencial nº 184 dos autos da ADPF nº 756) - **frise-se que a obrigação de atualização mensal do Plano Nacional de Vacinação também foi pactuada pela AGU na presente ação (vide documento sequencial nº 49)** - , restando consignada uma atualização dos grupos prioritários para a vacinação. Além de ter sido, ao que parece, excluída a ordem de preferências *a priori* das classes e subclasses, houve também a inserção de novos profissionais na lista dos destinatários precípuos da vacinação.
7. **A celeuma que se instala no presente momento diz respeito à desídia do Ministério da Saúde na aquisição das doses extras da Vacina Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan.** Conforme foi noticiado, o Diretor do Instituto aguarda a compra do segundo lote das vacinas (que totaliza 54 milhões de doses), enquanto o Governo Federal alega que a aquisição das doses pode ser feita até maio, conforme o contrato de exclusividade firmado¹. No entanto, parece claro que a não aquisição imediata das doses

¹ Contrato disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/media/pdf/2021/janeiro/07/sei_ms-0018477781-contrato.pdf>. Acesso em 28/1/2021.



extra da vacina, além de poder ensejar problemas de logística de toda sorte, poderá impedir o avanço da primeira parte do Programa Nacional de Imunização contra o coronavírus e também a aplicação, no prazo correto, da segunda dose aos que já foram vacinados.

8. Esse descuido no que tange à compra antecipada das doses da vacina foi apontado por cientistas como um erro, já que o Brasil precisará de ao menos 400 milhões de doses para imunização de todos os brasileiros. Vejamos a notícia:

Governo federal erra ao não comprar já mais vacinas do Butantan, dizem cientistas

Ministério da Saúde diz que pode esperar até maio para se posicionar sobre 54 milhões de novas doses; mas especialistas afirmam que demora causa prejuízos

Depois que o Instituto Butantan cobrou o governo federal de uma resposta até o fim desta semana para a compra de 54 milhões de novas doses de CoronaVac, o Ministério da Saúde disse que, por contrato, pode dar a resposta até maio. Cientistas ouvidos pelo GLOBO, no entanto, argumentam que é um erro esperar até o último minuto para confirmar a aquisição do imunizante, já que a pandemia do novo coronavírus está avançando e o objetivo, neste momento, é vacinar o maior número de pessoas.

O mais novo cabo de guerra entre Estado de São Paulo e governo federal por causa da vacina contra Covid-19 começou nesta quarta-feira (27), quando o diretor do Instituto Butantan, Dimas Covas, disse que espera até sexta-feira uma definição do Ministério da Saúde sobre a aquisição de um segundo lote do imunizante — em janeiro já foram compradas 46 milhões de doses feitas pelo instituto paulista, em parceria com o laboratório chinês Sinovac.

— Oficiei ao Ministério da Saúde na semana passada e aguardo até o final desta semana. Na semana que vem vou fechar os contratos com outros países, a começar pela Argentina — disse Covas.

A pasta respondeu que, por contrato, pode se manifestar sobre essa questão até maio. O acordo diz que “é concedida à contratante a opção de adquirir mais 54 milhões de doses de vacinas em cronograma a ser definido, apresentando seu interesse no prazo de até 30 dias após a entrega da última parcela”, prevista para 30 de abril.

A demora no posicionamento, no entanto, pode atrapalhar a imunização dos brasileiros, alertam especialistas.

Sergio Cimerman, coordenador científico da Sociedade Brasileira de Infectologia e médico do Emílio Ribas, disse que não tem sentido o governo demorar para informar se pretende ou não comprar novas doses.

— - O governo tem que comprar (as novas doses da CoronaVac). Não tem vacina para todo mundo. Só temos duas vacinas. A vacina de Oxford tem 100 milhões de doses, que permitem imunizar 50 milhões de pessoas. Mas a nossa população é de 212 milhões. No meu modo de ver, não tem sentido essa posição do governo federal.



Para Márcio Bittencourt, do Centro de Pesquisa Clínica e Epidemiológica do Hospital Universitário da USP, a posição do governo federal “não tem lógica”.

— Não é razoável responder no último dia. Vamos precisar de 400 milhões de doses no Brasil, e não temos nem 100 milhões ainda. Nossa maior prioridade é vacinar o maior número de pessoas o mais rápido possível. Esse é um erro que custa caro, em vidas.

Bittencourt lembra que outros países, como o Canadá, compraram até seis doses por pessoa.

— Não é aceitável demorar para comprar uma vacina produzida pelo Brasil, de uma instituição que vai te entregar e não vai te passar a perna, e até já certificada pelo governo — afirmou.²

9. Ora, Excelência, mesmo que o contrato, enquanto instrumento jurídico, pareça dar ao Ministério da Saúde a opção de compra das vacinas até maio de 2021 (item 1.6 da cláusula primeira do instrumento), é certo que a leitura do instrumento vinculante de ajuste da vontade entre as partes não deve estar descolado da realidade vivida no país. Com efeito, já passamos do alarmante número de 220 mil óbitos, com quase 9 milhões de casos. Várias unidades da Federação vivem a segunda onda a passos galopantes, com novas cepas do vírus com maior transmissibilidade - e, talvez, maior letalidade, o que ainda vem sendo estudado cientificamente.
10. Nessa toada, é de se falar que a propriedade deve respeitar a sua função social, um mandamento constitucional (art. 170, III, da Constituição Federal). Por mera decorrência, é inegável que a função social do contrato é matéria de ordem pública abarcada pelo âmbito de proteção da tutela da função social da propriedade (art. 5º, XXIII, e art. 170, III, da Constituição). Isso porque, via de regra, o entabulamento de contratos visa à tutela do patrimônio, cuja maior materialização é a própria propriedade.
11. Caio Mário³ defende que o princípio da função social do contrato abre a possibilidade de que terceiros, alheios à relação contratual *stricto sensu*, possam influenciá-la, caso haja algum prejuízo à coletividade. Ou seja, a tutela da função social do contrato não implica dizer que sempre será admissível uma restrição *prima facie* à autonomia

² Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/vacina/governo-federal-erra-ao-nao-comprar-ja-mais-vacinas-do-butantan-dizem-cientistas-1-24858344>>. Acesso em: 28/01/2021.

³ PEREIRA, Caio Mário Silva. Instituições de Direito Civil: Contratos. 20 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016. v.3.



- privada. Ao revés, a sua limitação apenas será legítima quando presentes interesses metaindividuais e relativos à dignidade da pessoa humana.
12. Ou seja, a posição *standard* é pela defesa da autonomia volitiva, mas, a depender das circunstâncias do caso concreto, pode-se pontualmente afastá-la em prol da tutela de norma de ordem pública ou de interesse maior, da coletividade. **O contrato deve ser visualizado e interpretado de acordo com o contexto da sociedade.**
 13. Aplicando-se tais conceitos da melhor doutrina de base do direito contratual - também aplicável, por óbvio, aos contratos administrativos; e aqui é despicendo se tentar falar de eventual posição de supremacia da Administração Pública quando de suas contratações, especialmente em um cenário pandêmico -, é de se dizer que **a cláusula contratual disposta no item 1.6 não merece ser aplicada em sua literalidade.**
 14. **Com efeito, como pode o Governo Federal esperar até maio para exercer sua opção de compra de vacinas eficazes e seguras, que pode ajudar sobremaneira no controle da pandemia no Brasil? Não parece, com a devida vênia, existir motivo razoável para que tal cláusula seja levada a seu extremo. O Governo deveria, sim, estar preocupado em adquirir a maior quantidade de vacinas o quanto antes. Apenas a vacinação controlará a pandemia e estabilizará expectativas sociais. A população brasileira vem vivendo um eterno “se” sem que haja vacina para todos.**
 15. **E, alheio a isso, o Governo parece pretender descartar a opção de 54 milhões de vacinas, que poderiam imunizar cerca de 27 milhões de brasileiros! Ao que parece, tão somente por opções políticas e ideológicas de não usar a “vacina chinesa” ou a “vacina do Dória”, como o Sr. Presidente da República insiste em chamar a vacina produzida pelo Butantan.**
 16. **Por meras opiniões pessoais, políticas, eleitoreiras e cientificamente incorretas - dado que o imunizante já foi devidamente aprovado pela Anvisa -, o Sr. Presidente da República coloca em xeque a saúde de quase 27 milhões de brasileiros. Tal intento, com a devida vênia, não parece no melhor alinhamento com o espírito republicano que guia qualquer Estado que se diga democrático de direito.**

17. E, nesse ponto, não se deve perder de vista que o surgimento da presente arguição se deu justamente para evitar que questões ideológicas ou políticas pudessem impedir a aquisição da Vacina CoronaVac, conforme extensamente apresentado na inicial. O que se denota desse novo embate é que a sanha do Governo contra uma Vacina chinesa tem o potencial de causar mais desgastes para toda a população brasileira e causar mais danos e perda de vidas.
18. Então, nesse espeque, parece-nos que a melhor interpretação da querela à luz da dinâmica constitucional é que o Governo Federal exerça, de imediato, sua opção de compra da vacina fabricada pelo Butantan. Se vierem outras vacinas posteriormente, será ótimo. Mas, ao que tudo indica, não há perspectivas positivas de que se consigam mais de 50 milhões de doses de qualquer outra vacina, eficaz, segura e aprovada pela Anvisa, tão rapidamente quanto o Instituto Butantan pode e poderia entregar de acordo com o instrumento contratual.
19. Por fim, é de se ressaltar também que, noutro giro, é essencial que o Butantan saiba ao certo qual será sua demanda para a aquisição de vacinas, para que consiga dimensionar adequadamente a produção industrial dos imunizantes. Se o Governo deixar para exercer sua opção de compra só em maio, o Instituto provavelmente iniciará a produção “no escuro” - sem certeza de que haverá demanda -, o que pode implicar gravíssimo prejuízo ao erário. Ou seja, mais retrocessos orçamentários a serem arcados por toda a população nacional, que já vem sofrendo enormemente os reflexos econômico-sociais da pandemia.
20. **De mais a mais, o Governo Federal não pode se valer de subterfúgios burocráticos para retardar a prestação tempestiva do cuidado com a saúde pública.** Não é isso que a nossa Constituição estabelece de forma firme no seu artigo 196, ao prescrever que “a saúde é direito de todos e dever do Estado”. Pelo contrário, o legislador constituinte faz questão de alçar o mero risco de doença como legitimador da ação estatal por políticas sociais e econômicas.
21. Diante do exposto, **requer**, em tutela cautelar incidental de urgência, em virtude da clara desídia do Ministério da Saúde para aquisição do excedente da Vacina Coronavac, **que seja determinado:**



1) que o Ministério da Saúde faça a opção, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, pela aquisição do segundo lote de vacinas Coronavac, no total de 54 milhões de novas doses;

2) que o Ministério da Saúde apresente nos autos o planejamento da destinação desse segundo lote para cada Estado e o DF, conforme o Plano Nacional de Imunização para o combate ao Coronavírus.

Termos em que pede deferimento.

Brasília-DF, 28 de janeiro de 2021.

FLÁVIA CALADO PEREIRA
OAB/AP nº 3.864